

**PORTARIA N.º 290/2023 – Sefin**

Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso I, da Portaria Presidência n.º 310/2023, publicada no DJE n.º 3014, de 09 de fevereiro de 2023;

Considerando o disposto na Resolução do Órgão Especial n.º 23/2018, publicada no DJE n.º 1944, de 12 de julho de 2018 e suas alterações;

Considerando o que consta na Requisição de Suprimento de Fundos, datada de 27/07/2023, processo eletrônico CPA n.º **8500485-37.2023.8.06.0071**;

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a concessão de Suprimento de Fundos a Dra. **Maria Lúcia Vieira**, MM. Juíza de Direito, Diretora do Fórum da comarca de **Crato**, no valor de **R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)**, a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento necessárias ao serviço da referida comarca.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data da disponibilização do limite de crédito, devendo o responsável apresentar a comprovação da despesa até 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. SECRETARIA DE FINANÇAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 28 de julho de 2023.

Mateus Soares Bezerra

SECRETÁRIO DE FINANÇAS, em responsabilidade

EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA**EDITAL Nº 185/2023**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público para provimento dos cargos de natureza efetiva, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), realizado sob o Edital nº 01/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 21 de março de 2022, organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), homologado em sessão realizada no Tribunal Pleno de 26 de janeiro de 2023, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 13 de fevereiro de 2023;

CONSIDERANDO o Edital nº 20/2022, de 16 de dezembro de 2022, que divulgou o resultado definitivo da avaliação dos títulos e resultado final do concurso;

CONSIDERANDO o Edital nº 23/2023, de 17 de fevereiro de 2023, que divulgou o resultado definitivo dos candidatos que concorreram às vagas reservadas aos candidatos com deficiência;

CONSIDERANDO o Edital nº 24/2023, de 13 de março de 2023, que divulgou a reclassificação de candidatos negros;

CONSIDERANDO o Edital nº 112/2023, de 18 de maio de 2023, que tornou público os pedidos de desistência definitiva e final de lista;

CONSIDERANDO o Edital nº 155/2023, de 10 de julho de 2023, que tornou pública a desistência definitiva de Vanessa Sousa de Oliveira;

CONSIDERANDO o Edital nº 25/2023, de 27 de julho de 2023, que tornou sem efeito o item 2 do Edital nº 24/2023, retirando da lista dos candidatos autodeclarados negros aprovados a candidata Lara Guimarães Amorim Luna, em cumprimento à sentença proferida nos autos do processo nº 3007755-76.2023.8.06.0001, que revogou os efeitos da tutela de urgência anteriormente concedida.

CONSIDERANDO a criação de cargos através da Lei nº 18.404, de 27 de junho de 2023, que alterou a Lei nº 16.397, de 14 de novembro de 2017;

RESOLVE:

1. Convocar os candidatos constantes do Anexo I deste Edital, aprovados e classificados no Concurso Público de servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), nas vagas destinadas ao cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

2. Os convocados devem encaminhar a documentação indicada no Anexo II deste Edital (itens "a" a "w"), até o dia 16 de agosto de 2023, para o e-mail da Coordenadoria de Provimento e Movimentação de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas: **selecao.tjce@tjce.jus.br**

3. Realizar perícia médica na Coordenadoria de Perícia Médica da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, localizada na Av. Oliveira Paiva, nº 941, Cidade dos Funcionários, de acordo com agendamento posteriormente divulgado pela Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de julho de 2023.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

ANEXO I**CONVOCAÇÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA**

Republishado por incorreção

SEQUÊNCIA	NOME DO(A) CANDIDATO(A)
1	BRENO NASCIMENTO SANTOS
2	LARA MOREIRA COLACO BESSA



3	JOSE LUCIANO QUARIGUASI FROTA FILHO
4*	LUAN ARAUJO SILVA
5	MARINA FELINTO SIQUEIRA
6**	LUCAS MACARIO OLIVEIRA DE QUEIROZ
7	LETICIA DA SILVA SIMOES LOBO
8	MARIANA CHAVES SANTOS
9*	GUILBERT DE JESUS BISPO
10	DEISI CRISTINA GALLEAZZI
11	RAULYSON MOURA ROCHA COLARES
12	DILLYANE DE SOUSA RIBEIRO
13	LAURA CALIMAN DE MORAES
14*	BRUNA MICHELE BEZERRA GOMES
15	LEANDRO REGO DOS SANTOS
16**	NAYARA RIBEIRO PEREIRA
17	NILSON HEBERT NUNES PONTES
18	LIANNA MORAES DE SOUSA SANTOS

* Vagas destinadas a negros

** Vagas destinadas a pessoas com deficiência.

ANEXO II

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A POSSE E EXERCÍCIO NO CARGO EFETIVO

1) Digitalizado, em formato pdf, conforme original:

- Registro Geral (RG) / Identidade;
- Certificado de alistamento militar (para candidatos do sexo masculino);
- Certidão de Quitação Eleitoral;
- CPF;
- Diploma/Certificado devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
- Documento de comprovação de mudança de nome (no caso de casamento, separação, etc).
- PIS ou PASEP;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de abertura de conta corrente em agência do Banco do Brasil ou apresentação do Cartão, podendo ser apresentado até a ocasião da data de início do exercício.
- Ficha de Atualização Funcional – FAF (formulário disponível no portal do TJ/CE);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público, fornecida pela Secretaria de Administração do Estado – SEPLAG, podendo ser gerada no site www.seplag.ce.gov.br (Apresentar até o dia da posse);
- Declaração geral de não acumulação de cargo /emprego/função público (modelo no portal do TJ/CE) (Apresentar até o dia da posse);
- Declaração de Bens (modelo disponível no portal do TJ/CE);
- Declaração para Fins Previdenciários (modelo disponível no portal do TJ/CE);
- Declaração de Não Participação em Diretoria (modelo disponível no portal do TJ/CE);
- Declaração de Bons Antecedentes Administrativos (modelo disponível no portal do TJ/CE);
- Autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física (modelo disponível no portal do TJ/CE);
- Atestado de idoneidade moral firmado por uma das seguintes autoridades: Magistrados, Membros do Ministério Público, Procuradores e Delegados de Polícia (modelo disponível no portal do TJ/CE);
- Certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos Foros das Justiças - Estadual, Federal e Eleitoral dos locais de residência do candidato nos últimos cinco anos.
- Certidão de cancelamento da OAB, para candidatos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB ou declaração negativa de inscrição;
- Para ocupantes de cargo/emprego público, publicação de exoneração, suspensão de vínculo funcional ou vacância;
- Para ocupantes de cargo/emprego público, declaração do órgão de origem comprovando o vínculo funcional e o regime de previdência, a fim de definir a que regime o servidor será enquadrado no Poder Judiciário, conforme determina a legislação;
- Laudo médico atualizado fornecido pela Célula da Perícia Médica da Secretaria de Planejamento e Gestão, localizado na Av. Oliveira Paiva, nº 941, (Lista de exames disponível no Portal do TJ/CE);

OBSERVAÇÕES:

1. Na hipótese de não haver interesse em assumir o cargo, deverá registrar junto ao Tribunal de Justiça o Termo de Desistência, com firma reconhecida, (modelo disponível no portal do TJ/CE);

2. Os modelos dos documentos no Portal do TJ/CE, estão disponível no caminho: www.tjce.jus.br / Cidadão / Concurso e Seleção / Documentação para Provimento em Cargo Efetivo.